

Porto
Blas
Costa
Borges
J

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE
2018**

DENOMINAÇÃO: ATI – Amigos da Terceira Idade

MORADA: Avenida Dr. Fernando Aroso

N. 355 ANDAR LOCALIDADE Leça da Palmeira

FREGUESIA Leça da Palmeira

CONCELHO Matosinhos

COD. POSTAL 4451 - 801

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Leça da Palmeira, 23/3/2019 Leça da Palmeira, 23/3/2019

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Paulo Claudio Inácio
Henri Rosa Rodrigues Tapalva
Amador Luis Borges
Nelson Gomes
Paula Teófilo Duarte Soares Teófilo

Paula Camélia Dinis Sampaio Rocha

ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 501648950
Moeda : (Valores em Euros)

[Handwritten signatures]

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	6 554,60	10 750,73
Investimentos financeiros	10.1	235,30	47,15
		6 789,90	10 797,88
Activo corrente			
Inventários	5	643,43	636,31
Créditos a receber	10.2	498,31	161,87
Estado e outros entes públicos	10.7	2 191,27	911,87
Diferimentos	10.3	1 840,37	1 792,35
Outros ativos correntes	10.8	367,67	0,00
Caixa e depósitos bancários	10.4	18 042,78	34 485,37
		23 583,83	37 987,77
Total do ativo		30 373,73	48 785,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.5	12 343,63	12 343,63
Resultados transitados	10.5	3 306,48	-1 520,34
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.5	5 760,36	8 214,47
		21 410,47	19 037,76
Resultado líquido do período		-14 491,97	4 826,82
Total dos fundos patrimoniais		6 918,50	23 864,58
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	2 921,75	3 051,71
Estado e outros entes públicos	10.7	2 644,68	2 635,69
Outros passivos correntes	10.9	17 888,80	19 233,67
		23 455,23	24 921,07
Total do passivo		23 455,23	24 921,07
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		30 373,73	48 785,65

A Direção

+ *[Signature]*

+ *[Signature]*

+ *[Signature]*

+ *[Signature]*

+ *[Signature]*

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

Alta
Costa
Borges
Rosa

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	6	102 232,31	110 569,20
Subsídios, doações e legados à exploração	10.10	110 892,79	113 852,34
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-35 774,60	-43 371,84
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-51 169,29	-50 603,37
Gastos com o pessoal	8	-138 932,11	-124 550,82
Outros rendimentos	10.12	4 841,06	3 684,20
Outros gastos	10.13	-2 055,09	-363,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-9 964,93	9 215,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-4 527,04	-4 388,93
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14 491,97	4 826,82
Resultados antes de impostos		-14 491,97	4 826,82
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-14 491,97	4 826,82

A Direção

O Contabilista Certificado

x *João Almeida*
x *Maria Rosa Rodrigues Regalado*
x *Agostinho Borges*
x *Nelson Gomes*
x *Maria Teresa da Dea P. S. F. F. F.*

[Handwritten signature]

Entidade:ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501648950

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro de Convívio	PERÍODOS	
					2018	2017
Vendas e serviços prestados	6	51 925,27	28 494,22	21 812,82	102 232,31	110 569,20
Custo das vendas e dos serviços prestados	5 e 8	-53 570,05	-74 863,14	-46 273,52	-174 706,71	-167 922,66
Resultado Bruto		-1 644,78	-46 368,92	-24 460,70	-72 474,40	-57 353,46
ISS, IP - Centro Distrital	7	27 156,00	37 513,68	26 419,20	91 088,88	89 129,52
Outros Rendimentos	6, 10.10 e 10.12	12 656,75	8 100,34	3 887,88	24 644,97	28 407,02
Gastos administrativos	4, 10.11	-24 943,51	-13 350,91	-17 401,91	-55 696,33	-54 992,30
Outros Gastos	10.13	-685,97	-685,96	-683,16	-2 055,09	-363,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 538,49	-14 791,77	-12 238,69	-14 491,97	4 826,82
Resultado antes de impostos		12 538,49	-14 791,77	-12 238,69	-14 491,97	4 826,82
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		12 538,49	-14 791,77	-12 238,69	-14 491,97	4 826,82

A Direção

X *João Almeida Passos de Lez*
 X *Flávia Rosa Rodrigues Regalado*
 X *Amândio Vitor Borges*
 X *Nelson Gomes de Lacerda*
 X *Flávia Figueiredo Duarte Soares Falestino*

O Contabilista Certificado

Amândio Vitor Borges

ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

6.11.18
T. Castro
f
Rosa
Rosa

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		87 949,10	95 662,77
Pagamentos a fornecedores		-95 927,43	-117 480,91
Pagamentos ao pessoal		-88 544,62	-80 870,16
Caixa gerada pelas operações		-96 522,95	-102 688,30
Outros recebimentos/pagamentos		79 934,21	113 727,20
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-16 588,74	11 038,90
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-365,04	-1 980,30
Investimentos financeiros		-176,55	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		1,86	33,32
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-539,73	-1 946,98
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		685,88	676,85
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		685,88	676,85
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		-16 442,59	9 768,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período		34 485,37	24 716,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18 042,78	34 485,37

A Direção

O Contabilista Certificado

X João Augusto dos Santos
X Maria Rosa Rodrigues Magalhães
X Amália Feres Borges
X Nelson José Lopes
X Maria Teresa de Jesus Soares Esteves

[Handwritten signature]
 cert-ops

A.T.I. – AMIGOS DA TERCEIRA

IDADE

Anexo às demonstrações financeiras de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Inventários	10
6	Rédito	10
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
8	Benefícios dos empregados	11
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
10	Outras Informações	12
10.1	Investimentos Financeiros	12
10.2	Créditos a receber	12
10.3	Diferimentos	12
10.4	Caixa e Depósitos Bancários	12
10.5	Fundos Patrimoniais	13
10.6	Fornecedores	13
10.7	Estado e Outros Entes Públicos	13
10.8	Outros ativos correntes	13
10.9	Outros passivos correntes	14
10.10	Subsídios, doações e legados à exploração	14
10.11	Fornecimentos e serviços externos	14
10.12	Outros rendimentos	15
10.13	Outros gastos	15
10.14	Resultados Financeiros	15
10.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
10.16	Acontecimentos após data de Balanço	16

1 Identificação da Entidade

A Associação A.T.I. - AMIGOS TERCEIRA IDADE é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 287, Série III, com sede na Avenida Dr. Fernando Aroso, 355 – Apartado 3074, 4451 – 801 Leça da Palmeira. Tem como principal objetivo:

- O apoio à terceira idade da freguesia de Leça da Palmeira, através da criação e manutenção de um centro de dia, centro de convívio e do apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às

atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento Informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos TangíveisOutros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Equipamento Básico	100 119,73	330,91			100 450,64
Equipamento de Transporte	40 348,30				40 348,30
Equipamento Administrativo	12 700,49				12 700,49
Activo Tangível Bruto	153 168,52	330,91	0,00	0,00	153 499,43
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	99 710,18	273,33			99 983,51
Equipamento de Transporte	32 080,51	3 674,58			35 755,09
Equipamento Administrativo	10 627,10	579,13			11 206,23
Depreciações Acumuladas	142 417,79	4 527,04	0,00	0,00	146 944,83
Activo Tangível Líquido	10 750,73	-4 196,13	0,00	0,00	6 554,60

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	643,43	636,31
Total	643,43	636,31

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	636,31	893,41
Compras	29 852,59	33 485,31
Doações	5 929,13	9 629,43
Saldo Final	643,43	636,31
Gastos do Período	35 774,60	43 371,84

6 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÚBRICAS	31-12-2018	31-12-2017
Prestação de Serviços	102 232,31	110 569,20
Quotas do Utilizadores	80 813,91	87 551,85
Quotas e Jóias	10 350,00	11 075,00
Bufete	11 068,40	11 942,35
Juros	1,86	33,32
Depósitos Bancários	1,86	33,32
Total	102 234,17	110 602,52

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2018				2017		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável			91 088,88			89 129,52
Câmara Municipal Matosinhos (Equip. Transporte)	Não Reembolsável	4 563,59		3 650,88	8 214,47		3 650,88
Câmara Municipal Matosinhos (Equip. Informático)	Não Reembolsável	1 196,77		359,03			
Câmara Municipal Matosinhos (Renda)	Não Reembolsável			8 232,84			10 732,84
IEFP	Não Reembolsável			74,20			3 303,80
Total		5 760,36	0,00	103 405,83	8 214,47	0,00	106 817,04

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais em 2018 e 2017 foi de 19. A Direção é constituída por 12 elementos, o Conselho Fiscal por 4 elementos e a Assembleia Geral por 3.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 e 2017 foi de 11.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Remunerações ao pessoal	108 969,09	94 087,03
Indemnizações	3 000,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	23 074,26	20 840,25
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 457,16	3 520,05
Outros Gastos com o Pessoal	431,60	782,96
IEFP	0,00	5 320,53
Total	138 932,11	124 550,82

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros investimentos Financeiros		
FCT	235,30	47,15
Total	235,30	47,15

10.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	498,31	161,87
Total	498,31	161,87

10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguro Acidentes Trabalho	1 277,99	1 265,39
Outros Seguros	562,38	526,96
Total	1 840,37	1 792,35

10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	352,54	257,02
Depósitos à Ordem	2 643,79	14 168,37
Depósitos a Prazo	15 046,45	20 059,98
Total	18 042,78	34 485,37

10.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12 343,63			12 343,63
Resultados Transitados	-1 520,34	4 826,82		3 306,48
Outras variações nos fundos patrimoniais	8 214,47	1 795,15	4 249,26	5 760,36
Total	19 037,76	6 621,97	4 249,26	21 410,47

10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c		
Fornecedores	2 921,75	3 051,71
Total	2 921,75	3 051,71

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
IVA - Reembolsos pedidos	2 191,27	911,87
Total	2 191,27	911,87
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	543,00	482,00
Segurança Social	2 083,13	2 147,67
Fundos Compensação	18,55	6,02
Total	2 644,68	2 635,69

10.8 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores		
Adiantamento a fornecedores	367,67	0,00
Total	367,67	0,00

10.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Credores por Acréscimo de Gastos		
Remunerações a Liquidar	17 236,96	19 034,82
Outras Despesas Diferidas	649,55	198,85
Outros devedores e credores		
Sindicato	2,29	
Total	17 888,80	19 233,67

10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	99 395,92	103 166,16
Doações e heranças	11 496,87	10 686,18
Total	110 892,79	113 852,34

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

A rubrica “doações e heranças” engloba o valor dos géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar e donativos monetários.

10.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	13 571,83	13 230,29
Materiais	2 237,11	2 602,34
Energia e fluidos	10 073,67	9 843,53
Deslocações, estadas e transportes	162,85	126,8
Serviços diversos	25 066,94	24 796,44
Encargos com os Utentes	56,89	3,97
Total	51 169,29	50 603,37

10.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Correcções relativas a períodos anteriores	829,29	0,00
Outros Rendimentos	4009,91	3650,88
Juros Obtidos	1,86	33,32
Total	4 841,06	3 684,20

10.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	106,38	0,68
Outros Gastos	1948,71	363,28
Total	2055,09	363,96

10.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,86	33,32
Total	1,86	33,32

10.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A entidade tem as valências instaladas em dois edifícios. O edifício sede é cedido pela Junta de Freguesia Matosinhos e Leça da Palmeira e um outro designado por ATI Monte Espinho é cedido pela Câmara Municipal de Matosinhos. Os custos relativos à eletricidade, gás e água que a entidade tem, no edifício cedido pela Junta de Freguesia, são suportados por essa mesma entidade e a instituição não tem qualquer encargo com a cedência do espaço. Relativamente ao edifício designado por ATI Monte de Espinho a Câmara atribui um subsídio destinado a assegurar o pagamento da renda anual.

O número médio de utentes por valência, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

- Centro de Convívio: 40
- Centro de Dia: 20
- Serviço de Apoio Domiciliário: 20

Elu
Farsão
Roz
Borges

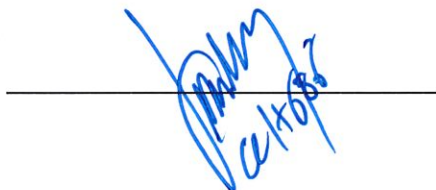
10.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Leça da Palmeira, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção

X João Almeida Mendes
X Maria Rosa Rodrigues Magalhães
X Amador Pinheiro Borges
X Wilson Gomes
X Maria Fátima de Deus Soares Faria